

## AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA E OUTRAS TECNOLOGIAS SOCIAIS (PROGRAMA CISTERNAS), À LUZ DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

César Nunes de Castro

Especialista em políticas públicas na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2722>

Em muitas regiões ao redor do globo, situações de escassez hídrica, caracterizadas quando a demanda hídrica de todos os setores, inclusive o meio ambiente, não pode ser satisfeita como consequência do impacto do uso antrópico da água sobre a quantidade ou a qualidade desse elemento (Falkenmark, Lundqvist e Widstrand, 1989; Vörösmarty *et al.*, 2000), têm se tornado mais frequentes. Em 2012, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que reuniu representantes diversos dos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de debater propostas para o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente.

Nessa conferência, de acordo com Sena *et al.* (2016), representantes dos governos de Colômbia e Guatemala propuseram a ideia de criação de objetivos para o desenvolvimento sustentável. Essa proposta foi debatida, na conferência e nos anos seguintes, e, em setembro de 2014, na Assembleia Geral da ONU, um relatório foi submetido para apreciação pelos países-membros, contendo dezessete objetivos e 169 metas. Esses objetivos foram nomeados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com metas específicas para cada um relativas a 2030; entre estes, o acesso à água potável e ao saneamento básico (desafio 6 dos ODS). O Brasil é signatário do tratado dos ODS.

No Brasil, o semiárido constitui a região onde o atingimento das metas do ODS 6 é mais desafiador, por ser a região em que é maior a dificuldade em atender às demandas hídricas (Castro, 2012). Ao longo das décadas de 1980 e 1990, uma nova proposta para lidar com a questão da escassez hídrica e das secas no semiárido começa a ganhar forma, sob a égide da ideia de convivência com o semiárido. Algumas abordagens inovadoras surgem a partir dessa perspectiva; por

exemplo, a do uso de cisternas para o armazenamento da água das chuvas por parte da população rural dispersa do semiárido.

O objetivo deste trabalho é analisar essa iniciativa desde seu surgimento – antes de ser incorporada ao rol das políticas públicas do governo federal – até os dias atuais, à luz dos seus impactos para a região beneficiada e de sua contribuição para o ODS 6. É inegável que a contribuição do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) para o atingimento das metas do ODS 6 é significativa, especialmente ao considerar-se que a área de atuação prioritária do programa é o semiárido, região brasileira com a maior proporção de famílias sem acesso a fontes seguras e regulares de água.

Desde 2013, o orçamento do programa vem caindo de modo intenso ano a ano; a partir de 2018 a tendência de redução do orçamento e dos dispêndios foi reforçada; em 2020, os gastos com o programa foram zerados. Essa drástica redução é, sem dúvida, o principal fator, de momento, a condicionar o futuro do programa, o qual atualmente é preocupante. Em função das evidências registradas neste, e em muitos outros trabalhos, dos impactos positivos das cisternas para os beneficiados, em razão da essencialidade da água para a vida e do caráter humanitário de iniciativas em prover esse recurso para aqueles que não o têm, e em função das cisternas serem um dos meios menos dispendiosos, e mais efetivos, de gerar-se uma oferta mínima de água –preferencialmente não apenas para consumo, mas também para a produção –, com o objetivo de atender aqueles extremamente necessitados no meio rural do semiárido, justifica-se a continuidade do Programa Cisternas, para quem sabe um dia mitigarem-se os efeitos mais nefastos das secas sobre a população do semiárido brasileiro: a sede e a fome.

# SUMEX

## REFERÊNCIAS

CASTRO, C. N. **Gestão das águas**: experiência internacional e brasileira. Brasília: Ipea, 2012. 86 p. (Texto para Discussão, n. 1744).

FALKENMARK, M.; LUNDQVIST, J.; WIDSTRAND, C. Macro-scale water scarcity requires micro-scale approaches. **Natural Resources Forum**, v. 13, n. 4, p. 258-267, Nov. 1989.

VÖRÖSMARTY, C. J. *et al.* Fresh water goes global. **Science**, v. 349, n. 6247, p. 478-479, July 2015.